

VOTO DE CONGRATULAÇÃO Nº 145/XIII

PELO SUCESSO NACIONAL OBTIDO NO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PELAS POLÍTICAS DE ENERGIA, AMBIENTE E CLIMA NOS ÚLTIMOS ANOS

De ano para ano as alterações climáticas são uma realidade, e o seu impacto é sentido diariamente de uma forma cada vez mais evidente.

Portugal, sendo dos países que mais sofre e mais vai sofrer no futuro os impactos das alterações climáticas, foi dos países que mais trabalhou e se desenvolveu nos últimos anos - e que mais exigiu a outros que acompanhassem esta ação ambiciosa - nas políticas de clima e energia, no combate às alterações climáticas, mas também na aposta nas energias renováveis e na mobilidade elétrica.

Estas reformas deram resultados, dos quais beneficiaram todos os portugueses, e foram mesmo alvo de reconhecimento internacional. Portugal foi considerado, em 2013 e novamente em 2014, como o 4.º país com melhor desempenho em matéria de ação climática e alcançou, em 2015, a 10ª posição no ranking do Fórum Económico Mundial, melhorando 8 posições face ao ano anterior. Portugal foi ainda reconhecido pela Fundação Bertelsmann, integrando em 2015 o Top 5 dos países com melhor desempenho no que respeita ao combate às alterações climáticas, sendo 4.º nas emissões de CO₂ associadas à produção de energia e na sustentabilidade energética e 5.º em termos de intensidade de energia primária e de eficiência energética.

A UNEP e a OCDE consideraram o Compromisso para o Crescimento Verde, aprovado em 2015, a Reforma Fiscal Verde, aprovada em 2014, e a compatibilização de cortes nas rendas excessivas da energia (de cerca de 4000 milhões de euros) com a promoção das energias renováveis como exemplos de liderança a seguir por outros países.

Ainda recentemente, no relatório publicado em setembro de 2016 pela Agência Europeia do Ambiente, a Reforma da Fiscalidade Verde portuguesa, aprovada no final de 2014, é considerada exemplar.

O reconhecimento mundial deu credibilidade ao Estado Português e conferiu-lhe uma capacidade reforçada de fazer valer as suas posições, facto espelhado no sucesso negocial no dossier das interligações energéticas em 2015, que vai permitir ao país no futuro, reduzir custos e aumentar a exportação de energia renovável, consolidando a aposta na redução da dependência energética face ao exterior.

Este mês, o Instituto Nacional de Estatística revelou os dados relativos aos “Indicadores Económico-Ambientais – Contas das Emissões Atmosféricas- 1995-2014”, revelando números positivos.

Além do aumento, entre 2011 e 2014, do peso das energias renováveis na eletricidade de 45% para 61,4%, também outros indicadores confirmam a descarbonização do nosso perfil energético: as emissões de gases com efeito de estufa foram reduzidas em cerca de 30% entre 2005 e 2014; a intensidade energética no PIB reduziu-se em 17% entre 2005 e 2013; a venda de veículos elétricos aumentou mais de 50 vezes entre 2010 e 2015, em larga medida, em resultado dos incentivos fiscais introduzidos na reforma da fiscalidade verde; a dependência energética do exterior atingiu, em 2014, o valor mais baixo dos últimos 20 anos.

A Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária, congratula-se com o facto de os indicadores agora conhecidos confirmarem que Portugal fez nos últimos anos uma aposta forte e correta em termos de políticas ambientais e de clima e energia, e que está na vanguarda do combate à ameaça das alterações climáticas, uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam atualmente.

S. Bento, 20 de outubro de 2016

Os Deputados,

Luís Montenegro

Berta Cabral

Manuel Frexes

Jorge Paulo Oliveira

Bruno Coimbra

Emília Santos

António Topa

Sandra Pereira

António Lima Costa

José Carlos Barros

Emília Cerqueira

Joel Sá

Maurício Marques

Maria Germana Rocha

Firmino Pereira

Isaura Pedro

Bruno Vitorino

Ângela Guerra